



ATA DA 183ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A., REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e doze às 10 horas, em caráter ordinário, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, hesta Capital, os Senhores Membros do Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., eleitos em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Genivaldo Maximiliano de Aguiar - Diretor Técnico, o Senhor Paulo Roberto Fares - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, o Senhor Roberto Baptista da Silva - Gerente da Contabilidade e o Senhor Paulo Roberto Lessi - Gerente do Departamento de Auditoria Interna, que responde pela Coordenação no atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para a seguinte pauta: 1) Apresentação de informações sobre o "Controle de Cheias" e o que implica nas finanças e na operação da Emae; 2) Apresentação das informações Trimestrais - 3º ITR de 2012; 3) Apreciação de Relatórios de Reunião de Diretoria - RD's nº 462 a 464; 4) Apreciação de Ata de Reunião do Conselho de Administração - RCA nº 251 e 252 e 5) Assuntos de interesse geral. Com a palavra o Senhor Max para apresentar o **item 1** da pauta tendo informado os valores dos diversos centros de custos que envolvem a operação e manutenção das usinas e barragens da Companhia, destacando as informações das atividades relacionadas ao Controle de Cheias que totalizam em R\$ 39,3 milhões/ano. Informou que tal atividade e custo deverão ser objeto de discussão junto ao Governo do Estado após a assinatura do novo contrato de concessão. Sobre as obras da PCH Pirapora informou que foi identificado um problema geológico relacionado à rocha no leito do rio e que está sendo estudado, acarretando um atraso de três meses. Os equipamentos estão dentro do cronograma e a obra da ponte foi interrompida por questões técnicas, mas isso não interfere na obra principal. No geral a obra da PCH teve boa evolução. Comentou também sobre a Flotação que teve toda a estrutura já desmontada as margens do Canal e que, conforme já discutido com o Ministério Público, o Lodo deverá ser tratado antes da sua remoção, o que demandará por



RELAÇÃO

dilatação no prazo inicialmente previsto, e concluiu sua apresentação. Em seguida o Senhor Roberto passou a apresentar o **item 2** da pauta comentando sobre a evolução dos indicadores econômico-financeiros destacando o forte aumento do IGP-M. A *Receita Operacional Líquida* de R\$ 46,5 milhões aumentou em R\$ 4,7 milhões em relação ao mesmo período de 2011 com maior influência das Vendas de Energia à Comercializadores e na Receita de Óleo Combustível. A *Despesa Operacional* de R\$ 53,1 milhões reduziu em R\$ 15,7 milhões em relação ao mesmo período de 2011 com maior influência pela redução das *Provisões Operacionais* em R\$ 18,9 milhões. Assim, o *Resultado do Serviço* ficou negativo em R\$ 6,5 milhões, reduzindo em R\$ 20,4 milhões em relação ao mesmo período de 2011. O *Resultado Financeiro* ficou em R\$ 9,8 milhões, maior em R\$ 6,5 milhões em relação ao mesmo período de 2011. Desta forma, o 3º trimestre encerrou com *Prejuízo* de R\$ 3,1 milhões, contra *Prejuízo* de R\$ 25,8 no mesmo período de 2011, contudo em 2012 é registrado *Lucro Acumulado* de R\$ 3,8 milhões. O *Balanço Patrimonial* de R\$ 1.178,8 milhões, cujo *Ativo* apresenta variação positiva no *Não Circulante* de R\$ 63,3 milhões com maior influência no aumento do *Imobilizado* em R\$ 44,4 milhões e dos *Investimentos* em R\$ 12,2 milhões. Já o *Passivo Não Circulante* tem variação de R\$ 55 milhões com grande influência das *Provisões para Riscos Trabalhistas/Cíveis/Tributários* de R\$ 8,3 milhões e de *Compromissos Ambientais* de R\$ 32,8 milhões, e ainda do *I.R. e Contribuições Sociais* de R\$ 9,1 milhões. Questionado, o Senhor Roberto comentou sobre eventual realização de baixas de ativos da Companhia, questão essa que é objeto de análise e também de recursos administrativos junto ao Órgão Regulador e Ministério de Minas e Energia para tratar sobre a indenização de ativos, especificamente sobre a unidade nº 3 da Usina Porto Góes. Concluiu sua participação informando ainda que a Pirapora Energia tem realizado todos os lançamentos contábeis, todas as integralizações de capital e apurado os custos de forma regular, estando tudo de forma adequada. Na sequência com a palavra o Senhor Paulo Fares, que comentou sobre a situação da *Prorrogação das Concessões da Emae*, apresentando informações acerca das Portarias e Despachos publicados pela Aneel e Ministério de Minas e Energia e também um comparativo das *Tarifas Médias em Relação à Garantia Física*, destacando o *Valor da Tarifa* de R\$ 70,04/MWh da Emae, conforme demonstrado no quadro que segue:



Quadro I.

Empresa	Potência Instalada (MW)	Tarifa (R\$ / MWh)
Cesp	5.802,700	7,42
Furnas	4.614,500	10,02
Chesf	9.212,510	6,76
Cemig	1.065,310	11,78
Copel	271,900	16,70
Média Geral		9,30
EMAE	935,800	70,04

Já a Receita de Energia Elétrica foi projetada pela Análise de Cenários Sem e Com os Efeitos da MP 579, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro II.

DESCRIÇÃO	SEM OS EFEITOS DA MP 579	COM OS EFEITOS DA MP 579
RECEITA BRUTA ANUAL - ENERGIA ELÉTRICA	130.330	96.598
ENCARGOS SETORIAIS	15.801	2.598
ENCARGOS REDE	2.653	
IMPOSTOS/TRIBUTOS	28.109	16.354
ENERGIA COMPRADA	5.773	
RECEITA LÍQUIDA	76.694	77.646
PREÇO / TARIFA (R\$/MWh)	100,00	70,04
GARANTIA FÍSICA (MWh) =	157,43	157,43
ENERGIA DISPONÍVEL P/ COM. (MWh) =	148,78	

OBS: SERÃO NECESSÁRIOS R\$ 10 MILHÕES POR ANO PARA MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES, OS QUAIS PODERÃO SER INCORPORADOS À RAG, CONFORME REGULAMENTO DA ANEEL, NO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA SUBSEQUENTE (SUBCLÁUSULAS 3ª E 4ª DA CLÁUSULA 7ª DO CONTRATO DE CONCESSÃO)

Os Ativos Não Depreciados somam R\$ 560,2 milhões e não há Valor Novo de Reposição – VNR, conforme demonstrado a seguir:

Quadro III.

Despacho Aneel nº 720 de 06/03/2012 Voto do Relator	Portaria MME/MP Nº 580 de 31/10/2012 (VNR)	EMAE (VNR)
---	--	---------------

R\$ 560.283 mil (**)

0

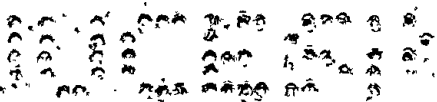
Unidade 3 Porto Góes

(**)

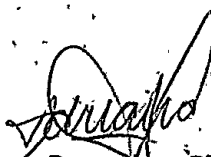
(*) Nota Técnica Aneel, nº 91/2011 de 18/03/2011

(**) Custo da Implantação – R\$ 32,5 milhões
Início da Operação Comercial : Nov/2005

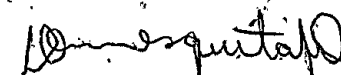
Informou ainda que a deliberação pela assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ficará a cargo da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas já convocada para o próximo dia 30 de novembro e a assinatura até o dia 4 de dezembro. O Senhor Paulo Fares encerrou sua participação comentando que a Emae

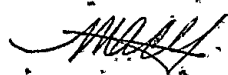


protocolou ação judicial contra a prescrição de prazos para estrategicamente permitir tempo hábil de acionar outras ações sobre as questões que são objeto de discussão junto a Sabesp. Adicionalmente comentou também que para o Reservatório Guarapiranga existe um Acordo firmado em 1958, pela Light e o DAE, em que a SABESP pagava pela captação das águas, e em meados da década de 70 deixou de cumpri-lo com a alegação de que captava a água e a devolvia, mesmo que em forma de esgoto, o que não prejudicava a geração de energia elétrica. Ainda neste acordo é previsto a arbitragem, o que atualmente também é objeto de ação judicial para que, se não for aceita a realização dessa arbitragem a Emae acionará para que se efetue o ressarcimento. Em seguida da análise das matérias do **item 3** da pauta, para os Relatórios 463-N-014 e 015 foi solicitado o respectivo parecer jurídico. Pela análise do **item 4** da pauta nada houve para ser comentado. Ficou definido entre os membros do Conselho que o Senhor Alexandre Modonezi participará da AGE de 30 de novembro. Registre-se que foi disponibilizada no site a seguinte documentação: "matéria 1 - Shale Gás RD-460-N-013 182ª RCF"; "matéria 2 - ITR EMAE300912"; "matéria 3 - MP 579 apresentação Dir.A"; "matéria 4 - Controle Cheias Custos OM"; "Convocação AGE Prorrogação das Concessões"; "Proposta AGE Emae 30/11/12" e "Parecer Jurídico dos Relatórios 463-N-014 e 015". Na sequência foi aprovado o texto e assinada a Ata da 182ª RCF. Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos Conselheiros presentes.


Adriana Paranhos Pinto


Alexandre Modonezi de Andrade


Deraldo de Souza Mesquita Junior


Mary-Annie Cairns Guerrero


Sílvia Mara Corrêa